

6 Con-Brasil

A quem interessa a recessão?

CELSO GIACOMETTI

As autoridades econômicas insistem em dizer que o combate à inflação é prioridade absoluta até que este mal, que há décadas desorganiza o País, seja neutralizado. Dizem também que quanto maior for a resistência dos agentes econômicos maior e mais longo será o aperfeiçoamento monetário, com todas as consequências previsíveis e nem por isso menos perversas: recessão, juros elevados, asfixia creditícia, desemprego, queda do salário real e adiamento na busca de soluções para os problemas estruturais do País.

Pois bem, no momento em que a política de contenção começa a produzir os efeitos mais duros e, coincidentemente, crescem as pressões para um abrandamento, cabe perguntar: a quem interessa a recessão? Haveria uma saída mais suave, rápida e duradoura que não produzisse tantas vítimas? Talvez sim! E passaria pelo caminho do entendimento.

A experiência econômica brasileira já demonstrou que só a recessão não é suficiente para domar a espiral inflacionária e que, na corrida entre preços e salários, os últimos sempre saem perdendo. Mas, se a inflação não for controlada, mais à frente estaremos diante de outro desafio, este sim mais sinistro: como superar a depressão em um regime de hiperinflação, em um cenário de maior enfraquecimento das empresas?

A responsabilidade maior na luta para debelar esse mal não recai hoje somente sobre as autoridades. É de toda a sociedade, incluindo empresas e trabalhadores. O governo vem controlando o seu déficit, ainda que menos pelos cortes de despesas e mais pelo aumento das receitas. Também enfrenta problemas advindos da frustração de safras agrícolas e da alta do preço do petróleo.

Pode-se argumentar ainda que está havendo certa lentidão no processo de privatização das estatais e mesmo na renegociação da dívida externa. Ou até, com alguma razão, que ocorriam alguns equívocos na condução da política monetária, já que, com o tempo, juros excessivamente elevados são repassados aos preços.

Mas, coerente com o seu programa, o governo já deu importantes passos na direção da economia de mercado, aquilo que há décadas era defendido em prosa e verso pela iniciativa pri-

vada. Assim agiu em relação ao fim do controle de preços, ao desmonte de alguns "cartórios", à retirada de subsídios, à abertura às importações e à reforma administrativa.

Ou seja, está dando a sua contribuição na luta pela correção de rumos. Infelizmente, o mesmo não se pode dizer dos agentes econômicos privados, que ainda não se ajustaram aos novos tempos. Tomem-se os casos daqueles que ainda tentam formar preços excessivamente elevados para obter maior proteção contra as expectativas inflacionárias. Ou, em outro aspecto, o movimento sindical que insiste na busca da reposição integral das perdas, com aumentos não compatíveis com a produtividade setorial.

A limitação das margens de lucros e a moderação sindical seriam um bom começo para uma saída negociada aos problemas mais imediatos, para que todos voltem a se preocupar em enxergar a floresta e não apenas as árvores.

Chega de inércia e de mentalidades ultrapassadas. Agora que o Brasil voltou a constar da lista dos candidatos a receber investimentos de fora, por que as empresas que serão afetadas pela entrada de produtos estrangeiros não procuram se fortalecer com novas parcerias internacionais, em tecnologias, capitais e mercados? Este é o momento também para aquelas empresas que estão no limiar de se expandir retirarem seus planos de investimentos da gaveta.

Antes do atual plano, é bom que se diga, nem havia alguma chance real de o País crescer em bases sustentáveis, ainda mais com taxas mensais de inflação acima de até 80% e sem poupança interna suficiente para sustentar novos investimentos. No entanto, o primeiro ano de uma novo decênio está chegando ao seu final e o País ainda continua preso ao dilema de enfrentar mais inflação ou mais recessão. E ainda pouco se avança na superação dos problemas estruturais.

Antes de tudo, é preciso impedir que a inflação volte a dirigir os rumos do País. Também, por isso não é o momento de jogar a toalha. Afrouxar os controles agora, renunciando a tudo que foi conquistado, certamente traria de volta a hiperinflação que jogaria o País no rumo do desconhecido.

Celso Giacometti é presidente da Arthur Andersen